

Brasil quer apoio financeiro voluntário

País não vai fazer acordos para garantir a obrigatoriedade da manutenção de linhas de crédito internacionais

Fernando Dantas
de Londres

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, deixou claro em Londres que o Brasil não quer fazer nenhum acordo formal com seus credores privados para garantir a obrigatoriedade da manutenção e recuperação das linhas de crédito comerciais e interbancárias para empresas e bancos brasileiros. Estas linhas foram reduzidas em consequência da turbulência que afetou o País depois dos problemas da Rússia, em agosto. O apoio voluntário que se espera dos bancos internacionais, porém, não significa que o Brasil abra mão totalmente de alguma forma de pressão institucional.

O ministro disse, durante entrevista na Embaixada do Brasil, que o governo brasileiro reforçou recentemente o seu monitoramento das linhas de instituições financeiras privadas internacionais para o Brasil, e que este acompanhamento é partilhado com as autoridades dos países dos respectivos bancos. Perguntado sobre se o corte de linhas poderia afetar o relacionamento de um banco com o Brasil, o ministro disse: "Pode ser que sim, pode ser que não, dependendo da nossa avaliação". Resposta ambígua, mas que ajuda a refinar a compreensão do conceito de apoio "voluntário e cooperativo" que o País espera dos bancos internacionais.

O governo brasileiro tem poderes consideráveis sobre os bancos estrangeiros que atuam — ou pretendam atuar — no mercado nacional, podendo bloquear a entrada ou a compra de outras instituições. Preservar uma boa relação com o governo do Brasil, portanto, pode ser interessante para instituições internacionais. Por outro lado, a maioria destes bancos tem sede em países desenvolvidos que entraram com dinheiro no pacote multibilionário de apoio ao Brasil comandado pelo



Pedro Malan

Fundo Monetário Internacional (FMI). Neste sentido, as autoridades daqueles países podem também ter algum interesse em que os bancos privados não puxem o tapete do Brasil, nem o do FMI e do G-7 e G-11 (grupos das principais nações desenvolvidas), que empenharam sua credibilidade e a sorte da economia global no pacote de ajuda ao País.

Cauteloso, Malan procurou minimizar os efeitos do sutil sinal enviado pela referência ao monitoramento: "Já tínhamos um sistema trimestral, com dados defasados, e agora resolvemos fazer um mais atualizado", disse. Segundo o diretor de assuntos internacionais do Banco Central (BC), Demóstenes Madureira de Pinho Neto, o novo sistema "é mais um apoio, que julgamos necessário neste momento específico".

Haja ou não alguma pressão institucional em cima dos bancos internacionais, o fato é que Malan está jogando as suas fichas em uma recuperação voluntária das linhas comerciais e interbancárias, baseada na confiança interna e externa de que a resposta brasileira à crise é suficiente para fazer o País retornar a normalidade pré-turbulência. "Esperamos que as linhas agora disponíveis ao Brasil sejam preservadas e gradativamente ampliadas", disse.

"É do nosso interesse, e também dos bancos, que tenhamos uma visão de médio e longo prazo da relação das instituições financeiras internacionais com as empresas e bancos brasileiros", afirmou o ministro. Ele fez um paralelo com o comportamento dos investimentos externos diretos, que atingiram US\$ 18 bilhões em nove meses de 1998 e devem chegar a US\$ 23 bilhões no ano, e a US\$ 19 bilhões a US\$ 20 bilhões em 1999. "Gostaríamos que os nossos credores privados tivessem uma visão semelhante à dos investidores diretos." Segundo Malan,

a reação dos credores à abordagem brasileira durante o seu "road-show" de apresentação dos pacotes por Nova York, Bonn, Frankfurt, Paris e Londres (com uma delegação também enviada a Tóquio) foi "encorajadora e tranquilizadora".

O ministro explicou porque o Brasil não quer nenhum acordo de

manutenção ou aumento obrigatórios das linhas ao País, que poderia equivaler à imposição de perdas. "No caso do Brasil", explicou, "seria um erro tentar impor uma perda ao setor privado, porque temos condição de ter uma recuperação gradual das linhas de crédito".

Ele alertou sobre a tentativa de

acordos que imponham perdas aos credores. "Já vimos este filme na moratória de 1987 e em tentativas de forçar perdas em outras ocasiões, que levaram a um fechamento dos mercados por um período excessivo de tempo, afetando até influxos de capitais de médio e longo prazo que desejamos preservar".